

Memória e práticas comunitárias: desafios para a construção de pontos de memória

Memory and social practices: challenges for building memory points

Eliane Cristina de Freitas Rocha *

Resumo: O Instituto Brasileiro de Museus propôs uma metodologia para criação de pontos de memória, associado à política pública homônima, contemplando cinco etapas: 1. Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; 2. Qualificação; 3. Realização de inventário participativo; 4. Produção de difusão das memórias; 5. Formação e reforço da rede de Pontos de Memória. Relaciono tal metodologia a práticas comunitárias emancipatórias em psicologia social. Apresento resultado de pesquisa-ação que visou aplicar esta metodologia adaptada em uma comunidade periférica da região metropolitana de Belo Horizonte, realizada ao longo dos anos de 2022-2024. Todas as etapas são muito desafiadoras de serem concluídas, tendo em vista as dificuldades de mobilização para a memória, a qual pode ser dolorosa, sujeita ao recalque, e em comunidades marcadas pela luta pela sobrevivência, com falta de recursos de fomento destas ações e ausência de políticas públicas que as sustentem, em um cenário nacional de polarização política. Grande parte do sucesso da criação de pontos de memória comunitários passa pelo brilho desejante gratuito de lideranças comunitárias desperto pela memória e seus afetos.

Palavras-chave: Museologia; pontos de memória; metodologia; prática comunitária.

Abstract: Brazilian Museum Institute proposed a methodology for creating memory points associated to namesake public policy, that includes five steps: 1) awareness-raising and deliberative instance formation; 2) qualification; 3) participatory inventorying; 4) performing memory diffusion actions; 5) forming and strengthening memory points nets' formation. I relate that methodology to emancipatory social practices. I present the results of action-research that aimed to apply this methodology on a peripheral community of Belo Horizonte Metropolitan Area, held throughout 2022-2024. All those steps are so challenging to complete, taking into considering difficulties on mobilization through memories that can be painful and prone to repression, in communities marked by fight for survival, and where there is lack of resources to those actions and absence of public policies to support them, in national scenario of politics polarizing. Much of the success of creating community memory points depends on the free desirous glow of community leaders awakened by memory and their affections.

Keywords: Museology; memory points; methodology; social practices.

1. Introdução

O Programa Pontos de Memória tornou-se referência para a museologia social no Brasil, estabelecendo, por meio de uma publicação do IBRAM [Instituto Brasileiro de Museologia], um dos mais importantes marcos metodológicos para criação de centros comunitários no Brasil (OEI, 2016): o livro Pontos de memória - metodologia e práticas em museologia social. Tendo em vista tal importante referência, realizei um trabalho de pesquisa, para estudar pontos de memória comunitários e a aplicação desta metodologia em pontos já existentes, e propus um projeto de extensão que

* Possui graduação em Ciência da Computação pela PUC-MG, graduação em Comunicação Social - Radialismo pela UFMG, graduação em Psicologia pela PUC-MG, Mestrado em Comunicação Social e doutorado em Ciência da Informação, ambos pela UFMG. Atualmente, é professora adjunta da UFMG. E-mail: prof.lili.rocha@gmail.com

procurou aplicar e adaptar a metodologia do IBRAM, junto a dois coletivos da região de Justinópolis, na cidade de Ribeirão das Neves, conurbada à Belo horizonte (MG): Ocupa Curumim e Ascoton (Associação Comunitária do Bairro Tony e adjacentes) para que fosse criado um centro de memória comunitário. Os objetivos do projeto de pesquisa, desenvolvido entre os anos de 2019 e 2022, foram relatar dificuldades de implantação da metodologia do IBRAM¹, não mencionadas na literatura pesquisada, e verificar sua efetividade, especialmente diante da descontinuidade da política pública voltada para pontos de memória, a partir do ano de 2018. Já o projeto de extensão procurou aplicar a metodologia junto às comunidades, ao longo dos anos de 2022 e 2024. A retomada do programa Pontos de Memória, em 2023, pelo governo brasileiro, não impactou no andamento das ações realizadas.

Este artigo tem como objetivo apresentar, como resultado do trabalho de pesquisa, reflexões sobre a metodologia proposta pelo IBRAM como prática comunitária e, como resultado do projeto de extensão, um relato de experiência das dificuldades de mobilização comunitária visando a construção de centro de memória popular, aplicando passos da metodologia proposta pelo IBRAM para pontos de memória. Primeiramente, o quadro conceitual sobre intervenção psicossocial e prática comunitária será apresentado, e relacionado à metodologia do IBRAM. Em sequência, um breve contexto da região atendida é apresentado, para, posteriormente, serem apresentadas as ações realizadas no projeto de extensão, trazendo reflexões sobre as dificuldades do processo e resultados alcançados, relacionados às potencialidades das práticas comunitárias.

2. Práticas comunitárias

Surgiu nos anos 1960, na América Latina, o movimento da psicologia social comunitária, o qual que buscou compreender criticamente os fenômenos psicossociais, tais como os associados à pobreza e exclusão social, com suas derivações de sofrimento psíquico, e a propor formas de atuação – as práticas comunitárias – em contraponto às intervenções psicossociais clássicas de tendência psicologizante vigentes até então no campo da psicologia social, na visão de Freitas (2001). Este movimento considera o homem como ser construído por processos sócio-históricos com fundamentação em referencial teórico marxista, colocando em relevo o

¹ Foge aos objetivos deste artigo problematizar o significado dos pontos de memória em relação a outras formas de museu comunitário, ou aprofundar em uma perspectiva sobre esta tipologia de museu. Outras publicações específicas sobre o caráter dos pontos de memória podem ser consultadas em Rocha; Lei (2023); Lei; Rocha; Freitas (2023) e Rocha; Lei; Freitas (2023).

papel da ideologia, da consciência e da identidade na produção e reprodução das condições de existência, e articula como interações sociais, relações cotidianas e processos grupais são tecidos para formar indivíduo e comunidade.

O conceito de prática comunitária, em psicologia social comunitária, pode ser definido como formas de atuação profissional que buscam mediar as relações da comunidade consigo mesma, visando a tomada de consciência de suas questões e problemas, especialmente associados a relações de dominação, e da comunidade com outros externos, de maneira assumir compromisso político na direção de promoção de transformação social e criação de conhecimento, conforme se compreende pela leitura de Freitas (2001) e Baima e Guzzo (2015).

Para Freitas (2001), o entendimento dos processos psicossociais, nesta forma de atuação, envolve a análise da histórica e do cotidiano das pessoas, identificação dos atores sociais e suas relações na perspectiva da psicologia social crítica. Qualquer intervenção na direção da transformação social requer o emprego de metodologias participativas, como as diversas modalidades da pesquisa-ação. Originariamente, os círculos de cultura, de Paulo Freire, e os trabalhos em sociologia rural de Orlando Fals Borda são exemplares de práticas comunitárias emancipatórias, as quais amiúde se viabilizam com o trabalho mediador, especialmente de educadores, mas também de outros perfis profissionais, tais como de psicólogos. Atividades de intervenção psicossocial, como rodas de conversa, oficinas e dinâmicas diversas, podem ser realizadas a qualquer momento, desde que estejam alinhadas com o propósito de emancipação de grupos marginalizados e/ou minoritários.

No que diz respeito à atuação com a memória social, de uma perspectiva crítica alinhada à psicologia comunitária latinoamericana, Ansara e Dantas (2010), acreditam que a recuperação da memória histórica promove conscientização, na medida em que permite aos grupos romperem com uma leitura fatalista da realidade, que confronte mitos e falsas memórias que "enganam e ajudam a manter a estrutura dominante" (Ansara; Dantas, 2010, p. 102).

Freitas (2001) comenta que, ao longo dos anos, um pouco do propósito de emancipação, associado à proposta das práticas comunitárias, pode ter se perdido, em que se pese o aumento na diversidade dos grupos e de suas pautas. As pautas relativas à sobrevivência (redistribuição) se combinam com as pautas relativas a questões de reconhecimento, no entendimento de Fraser (2006) e a maneira de organizar questões e propor encaminhamentos, para as diversas comunidades de

pertencimento (não apenas territoriais) têm se transformado, assim como a atuação do Estado, com a emergência do 3º setor (Freitas, 2001).

Freitas (2001), ao discutir as práticas comunitárias, comenta que “expressões e construções culturais e populares, manifestadas através da linguagem, dos códigos ético-culturais, da emoção e afetividade, [identificam-se como...] condições concretas favoráveis aos processos de participação e mobilização das pessoas” (Freitas, 2001, p.60) que pode se traduzir “no envolvimento consciente e ativo dos atores sociais (internos e externos, individuais e coletivos) nas ações comunitárias” (Baima; Guzzo, 2015, p.39). O campo da cultura, em seu sentido antropológico, é solo fértil para realização de práticas comunitárias emancipadoras, ajudando a promover reconhecimento social, e também para inclusão produtiva, como é o caso da economia solidária.

Se, no campo do vivido e do cotidiano podem ser encontrados *locus* para práticas comunitárias, o campo do patrimônio, enquanto partícipe da cultura, apresenta outros desafios para realização de tais práticas.

Lima (2012), a propósito do conceito de patrimônio e sua relação com o processo de musealização, recupera a origem etimológica de patrimônio, associado à herança do pai, senhor do patrimônio, para, com a revolução francesa, passar a ser associado à herança do Estado (talvez um grande Pai), para o povo. Não deixa de ser sugestiva a associação ao pai para o patrimônio, em seu sentido inicialmente material, para sua evolução que abarcaria expressões imateriais a partir dos anos 1960, com o declínio (ou questionamento) de uma sociedade patriarcal. Digressões à parte, o reconhecimento daquilo que seria uma herança em uma comunidade formada sem riquezas materiais aparentes, ou seja, sem objetos que ostentem valor simbólico com seu respectivo valor monetário associado, é desafiador. Um passo adiante, relativo à patrimonialização e sua possível musealização, vai além.

O olhar para o passado e para objetos e monumentos da cultura material que podem estar afastados das vivências cotidianas é, realmente, desafiador em um trabalho voltado para a emancipação, especialmente se tais objetos ou monumentos podem remeter a relações de opressão. Machado e Zanella (2021, p.11), citando Benjamim (2016, p.13)², afirmam que “não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie”, buscando trazer à tona a proposta de Benjamim para “escovar a história a contrapelo”, identificar sinais e vestígios que permitam erigir

² BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: Benjamin, W (Ed.), *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 07-20.

marcos da própria história que podem estar esquecidos. É importante que o próprio grupo resgate suas memórias e construa sua história.

Santiago Júnior (2015) corrobora com a importância da história e da historiografia para o compromisso com a verdade, mas reconhece, com Pierre Nora e Halbwachs, que história e memória não são a mesma coisa. Ao distinguir memória autobiográfica, memória coletiva e história, Halbwachs (2004) reconhece que as memórias – individuais ou coletivas – não são exatas e têm compromissos afetivos e seculares com as recordações, distinguindo-se da história, a qual, conforme Santiago Júnior (2015), pela visão da Escola dos Anais da História, guarda compromisso com a leitura crítica do passado, procurando desmistificá-lo e secularizá-lo. Halbwachs (2006) distingue a memória autobiográfica, do indivíduo, a memória coletiva e a história.

Mas, se encontram no cotidiano dos grupos sociais marginalizados, nos acontecimentos do vivido, nas memórias coletivas enquadradas em seus marcos sociais de memória aquilo que é propenso a ser retido ou descartado, especialmente tendo em conta a carga afetiva do vivido. A memória coletiva tem papel no processo de coesão grupal: “Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (Halbwachs, 2006, p. 106). Quando um grupo se dissolve, as relações que levam à evocação de lembranças daquele grupo e ao sentimento de pertença vão se esmaecendo aos poucos. A “história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Halbwachs, 2006, p. 101). Se a “história é um painel de mudanças”, que mostra as transformações [...], “a memória é um painel de semelhanças”, que mantém os traços do grupo (Halbwachs, 2006, p. 109).

Se a “história parece um cemitério em que cada espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas” (Halbwachs, 2006, p. 74), cabe aos centros de memória não sepultar as memórias do vivido, dos grupos, mantendo seu movimento, pensar em um museu como processo (Varine, 2014), em lugares de memória que ao mesmo tempo evocam o passado e ajudam a construir o futuro.

A valorização da memória coletiva dos grupos ajudou a desenvolver a tradição da história pública e da metodologia da história oral, na História, levando à reescrita da história de diversos grupos minoritários, segundo Santiago Júnior (2015). Mas, outra importante discussão sobre a relação história-memória veio à tona por Pierre Norra: lugar de memória, entendido como sítio material ou prática imaterial que possibilitam

operações mnemônicas. A emergência destes lugares e seu reconhecimento advêm da vontade de memória e levou a aprofundadas discussões quanto ao direito de memória.

Santiago Júnior (2015) problematiza, em suas leituras, que a representação de minorias ganha relevo, colocando em pauta a ampliação do patrimônio do seu sentido estritamente material para o imaterial, no sentido de contribuir para construção da identidade cultural, contribuindo para a criação de narrativas históricas e manutenção da memória coletiva, bem como para a preservação de bens e manifestações culturais. Mas, nem sempre é fácil evocar o passado quando há lembranças dolorosas e trauma. A questão pode ser definida também em diálogo com a história: Para sentir o espírito do tempo que já passou, a dificuldade não está no que se precisa saber, mas no que se precisa esquecer. “A reconstituição do passado não pode jamais ser apenas uma aproximação” (Halbwachs, 2006, p.112).

No que diz respeito ao cotidiano dos grandes centros urbanos, o aumento violência, muitas vezes diante da ausência do poder do Estado, e da criminalidade, são aspectos que desfavorecem o resgate de memórias, tendo em vista as operações de recalque e silenciamentos associados a ações violentas, e o medo. Friedl e Farias (2015, p. 243), ao citarem diálogos entre Freud e Einstein, além de Arendt e Bluter, alertam para o papel destrutivo da violência na reconstrução da história e da identidade:

Diante da violência bruta, nem sempre é possível elaborar o esforço de retomar a vida, e com ela, o desejo de um passado, de uma história, de uma memória, de uma identidade. Nessa medida, quem se viu atingido pela experiência traumática da violência pode construir o resgate de uma memória social ameaçada pelas perdas irreparáveis e pelo aniquilamento da própria memória, frente ao discurso da violência. Com as perdas, perdem-se os rastros que possibilitam a escrita da história, o que entendemos ser uma catástrofe cultural e social (Friedl; Farias, 2015, p. 243).

2.1 - Práticas comunitárias e a metodologia dos pontos de memória

No que diz respeito às práticas em museologia social, em outra ocasião, tracei um paralelo de tais práticas com as práticas em psicologia comunitária:

Tanto a psicologia social comunitária quanto a museologia social recuperam o conceito de práxis, da vinculação entre teoria e prática, em crítica radical ao positivismo (SANTOS, 2009³; NASCIUTTI, 1996⁴;

³ SANTOS, M. C. T. M. Reflexões sobre a nova museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 18, n. 18, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

PEREIRA, 2008⁵). Trabalhar com a memória social pode se dar em campo de intervenção comunitária no eixo do cotidiano, tanto na relação das representações sociais e memória coletiva, quanto do ponto de vista institucional e de macroalcançe-político (Rocha, 2021, [p.3]).

O princípio subjacente das práticas museais concebidas por comunidades e para comunidades exercerem seu direito à memória, é tributário da noção de que o patrimônio comum do grupo precisa ser reconhecido e organizado por ele próprio. Nesta direção, a metodologia da pesquisa-ação é a mais adequada para realização do trabalho comunitário tanto quanto se pensa em prática comunitária em psicologia social, quanto no campo da museologia social (Rocha, 2021). Machado (2004), a propósito da pesquisa-intervenção comenta que as técnicas utilizadas variam, podendo incluir entrevistas abertas individuais ou em grupo, questionários, história oral. Deve estar prevista a devolução da informação, que deve ser constante, para o grupo se trabalhar.

É importante recuperar Paulo Freire, para perceber que o processo de pesquisa deverá ser emancipador e nos moldes da pesquisa-ação, com etapas que envolvem, de maneira sumária (Rocha, 2021): 1) estudo exploratório, para reconhecimento da realidade grupal; 2) processo de investigação, com participação efetiva de pesquisador-interventor e grupo; 3) redefinição e aperfeiçoamento do desenho metodológico, envolvendo elaboração conjunta entre pesquisador e pesquisados dos instrumentos de pesquisa; 4) apresentação de resultados parciais, de maneira iterativa, na medida em que se caminha a execução da pesquisa; 5) conclusões.

O Programa Pontos de Memória tinha como proposta promover o fortalecimento de iniciativas comunitárias em torno da memória, inspirado na proposta do programa pontos de cultura, e tornou-se referência para a museologia social, no Brasil. O livro Pontos de memória – metodologia e práticas em museologia social (OEI, 2016) sumariza cinco etapas para criação de pontos de Memória: 1. Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; 2. Qualificação; 3. Realização de inventário participativo; 4. Produção de difusão das memórias; 5. Reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória (OEI, 2016). A primeira etapa da metodologia visa construir um conselho gestor comunitário para constituição do ponto,

<https://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>. Acesso em: 20 mai. 2025.

⁴ NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁵ PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. 3 ed. Belo Horizonte: Vozes, PUC Minas, 2008.

o que requer ações de sensibilização sobre a importância da memória. Tratava-se de uma estratégia de ação intersetorial que associava o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI e o Programa Mais Cultura, do governo federal, em 2009. Em outras palavras, em sua concepção já propõe a valorização da memória em territórios tidos como violentos, o que trouxe dificuldades de mobilização em alguns territórios (Rocha; Lei; Freitas, 2023), pois não é a violência que define o território, ao contrário, que ela o aniquila (Friedl; Farias, 2015). As etapas seguintes procuram qualificar os grupos para construção do espaço, realização de inventário participativo e de ações museais. Já a última das etapas, intimamente ligada à política pública para pontos de memória, visava o estabelecimento de uma rede de apoio de cooperação mútua entre os pontos existentes, que inicialmente envolveu realização ativa de seminários de redes de memória (OEI, 2016).

O resgate da memória de grupos existentes, instituídos, pode ajudar a reavivar laços afetivos e a traçar um senso de pertencimento que pode se esvanecer com o tempo. Esta linha de atuação com a memória, em psicologia social, pode ser importante para aprofundar a coesão grupal e contribuir para fazer uma ponte com a memória social e coletiva, além de promover a consciência histórica do vivido. Tendo em vista a situação de invisibilização e pouco poder simbólico associado a comunidades periféricas (reconhecimento social), bem como a possibilidade de alienação dos grupos, as intervenções psicossociais com a memória podem ser muito significativas, dado o poder da memória para ajudar na formação e coesão de grupos, e o poder do resgate histórico em antecipar ações emancipadoras. Um exemplo muito significativo da potência do trabalho com a memória, nesta direção, ocorreu no Ponto de Memória Estrutural (DF), em que as memórias e a história da luta por direito à moradia na região foi o mote para realização de um produto de difusão (exposição) em que aparecem os registros de propriedade conquistados pela luta de seus moradores (Lei; Rocha; Freitas, 2023), e que está relacionada ao cotidiano de seus moradores.

A memória coletiva é da ordem do vivido, imprecisa, arraigada na vida do grupo, pode estar adormecida, à espreita: “Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos que esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (Halbwachs, 2006, p. 53). O agente externo/mediador pode promover este despertar, que deve ser fomentado, especialmente, nas etapas de sensibilização comunitária e formação de instância deliberativa e qualificação, da metodologia proposta pelo IBRAM, e favorece a realização de inventários participativos, etapa terceira do

processo, sendo a realização das ações e produtos de difusão contributiva para a criação de conhecimento para e pela comunidade. Tais etapas se relacionam diretamente com a proposta da pesquisa-ação, em psicologia social comunitária:

De maneira geral, as fases 1 e 2 da metodologia dos pontos de memória - Identificação e qualificação - encontram correspondência nas fases iniciais da proposta da pesquisa-ação, de estudo exploratório e processo de investigação. A fase 3, de inventário participativo, se aproxima da execução da pesquisa de campo, na pesquisa-ação. Por sua vez, a apresentação dos resultados finais e da conclusão da pesquisa-ação, no âmbito das práticas de memória, encontra relação com os produtos de difusão, e a necessidade de continuidade das ações, com fortalecimento de redes comunitárias (Rocha, 2021, [p.10]).

Já a etapa 5 da metodologia do IBRAM não se relaciona inteiramente com a pesquisa-ação, ao propor o fortalecimento de redes de memória formadas pelos pontos de memória existentes, por meio de diálogos e trocas de experiências. Tendo em vista o potencial da metodologia do IBRAM como pesquisa-ação na recuperação de memórias de grupos marginalizados, este trabalho procurou adaptar suas etapas, exceto a 5ª, por sua associação direta à rede de pontos de memória existentes, para resgate de memórias de um distrito periférico da região metropolitana de Belo Horizonte. Uma breve apresentação da região, seguida dos resultados da pesquisa e das ações de extensão seguem nas próximas seções.

3. Breve histórico de Justinópolis e das parcerias

Os trabalhos de pesquisa e extensão se desenvolveram em uma região denominada Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves, formado por bairros do município de Ribeirão das Neves conurbados à regional Venda Nova (Belo Horizonte). Estar em uma região de fronteira coloca, de antemão, algumas questões referentes à identidade de seus moradores. Não é incomum que seus habitantes se declarem moradores de Belo Horizonte para terem algum ganho simbólico (Toth Criativa, 2021) ou algum benefício direto para acesso a serviços de saúde, por exemplo. Estar em fronteira e não pertencer a um ou outro lugar constitui a história da região: Justinópolis recebe este nome por causa de um antigo morador – Antônio Justino da Rocha – a quem é creditada a elevação de Justinópolis (então Campanhã) a distrito do município de Contagem, incorporando a região de Venda Nova, em 1911, em uma das primeiras divisões administrativas do Estado de Minas Gerais após a proclamação da república. O distrito de Venda Nova passa a pertencer a Belo Horizonte, em 1927, e, em 1938, Campanhã deixa de pertencer ao município de Contagem, passando a fazer parte do

distrito de Betim até o ano de 1943 e, posteriormente, passa a pertencer ao município de Pedro Leopoldo até o ano de 1953, quando, por fim, passou a receber o nome de Justinópolis e a integrar o então criado município de Ribeirão das Neves (Justinópolis, 2024). Há relatos da busca de emancipação da região em relação à Ribeirão das Neves, em 1988 e 1992 (Justinópolis, 2024). Justinópolis cresceu impulsionada pela proximidade da região de Venda Nova (Belo Horizonte), que, por sua vez, passou a receber grande fluxo migratório especialmente com a intensificação de loteamentos populares a partir da segunda metade dos anos 1970, em um processo entendido por segregação e periferização da região metropolitana de Belo Horizonte (Silva, 2016).

O distrito de Justinópolis tem reconhecidos alguns de seus patrimônios: a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, por suas manifestações culturais, como as do congado, que ocorrem ininterruptamente desde sua fundação, nas últimas décadas do século XIX, é considerada remanescente quilombola pela Fundação Palmares, em 2016 (Figura 1); são reconhecidos, pela prefeitura de Ribeirão das Neves, como patrimônio cultural dez localidades no distrito de Justinópolis, dentre as quais destaco duas: 1) o marco do teleférico, reconhecido como patrimônio material do município de Ribeirão das Neves, associado ao patrimônio industrial da região metropolitana de Belo Horizonte, por apresentar vestígios de instalações de uma rede de 28 km de caçambas de minério no percurso de São José da Lapa até a primeira fábrica instalada no Distrito Industrial de Contagem, a fábrica de cimentos Itaú (2016) (Figura 2); 2) o conjunto do campanário (2005), com a matriz de Nossa Senhora do Rosário. Já o Parque da Lajinha faz parte do patrimônio natural do município (Ribeirão das Neves, 2022).

Nota-se que as manifestações culturais da Irmandade Nossa Senhora do Rosário têm continuidade, enquanto o patrimônio material, da localidade do marco do teleférico, encontra-se em ruínas (ver Figura 2).

Figura 1 – Festa da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Ribeirão das Neves, em quilombo homônimo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora, outubro de 2024.

Figura 2 – Marco do teleférico em Justinópolis



Fonte: acervo da pesquisa, outubro de 2024.

O patrimônio natural da Lajinha, por sua vez, encontra-se ameaçado pela construção do rodoanel da região metropolitana de Belo Horizonte, e parte de seu terreno já é controlado por iniciativa privada (CBH Rio das Velhas, 2022).

Figura 3 – Parque da Lajinha



Fonte: acervo pessoal da autora, outubro de 2024.

Ribeirão das Neves carrega o estigma de ser a “cidade presídio”, abrigando três unidades carcerárias em Minas Gerais, “é a quarta maior em população da RMBH, entretanto possui os piores índices e indicadores sociais, econômicos e demográficos da região metropolitana” (Silva, 2016, p. 34).

Tantos desafios para sobrevivência em condições precárias, dadas as condições dos loteamentos sem infraestrutura adequada realizados na região, e também diversas ocupações não regulamentadas, levou a população a se unir para lutar por melhorias. Na década de 1980, surge a Associação Comunitária do Bairro Tony e Adjacências (ASCOTON), para dar vazão às demandas urgentes de sobrevivência dos seus moradores, com atuação até os dias de hoje, quando efetivamos parceria para realização do projeto. Atua, ao longo dos anos, no sentido de mediar relações com o poder público para enfrentar problemas de infraestrutura do bairro e acolher demandas básicas de sobrevivência da população em seu entorno.

Na década de 1990, a região recebeu o programa Curumim, iniciativa estatal presente em diversos locais e municípios mineiros, que contava com participação majoritária de recursos do governo de Minas Gerais e parciais da prefeitura da cidade, e que tinha o propósito cultural, educativo e também recreativo de acolher crianças em contra turno escolar. O Estado de Minas Gerais descontinuou o programa, e consta registros de dificuldades da prefeitura em manter o funcionamento do Curumim na Av. Gávea. Em 2009, o espaço onde o Curumim operava passou a receber o CRAS (CGU, 2016), e, em 2015, o local encontrava-se em estado precário e com indícios de

irregularidade de suas operações (CGU, 2016). Em 2018, o espaço foi alvo de uma ocupação cultural por um coletivo – Ocupa Curumim – formado pela união da comunidade local que passou a gerir o espaço de forma autônoma. Bem mobilizados e com grande diversidade de projetos, o coletivo conseguiu garantir a manutenção básica estrutural do espaço e a oferta de atividades de esporte, lazer, educação e cultura, com destaque para ações de oficina de capoeira, moda, skate e biblioteca comunitária. O espaço também contava com uma cozinha solidária e realizava eventos periodicamente, inclusive em parceria com universidades, para atendimento da população (Coletivo Curumim, 2022). Com este coletivo, estabelecemos parceria em abril de 2022 (ver Figura 4), até dezembro de 2022, quando, dias antes, o espaço foi vitimado por um incêndio, em 30 de novembro de 2022.

Figura 4 – Evento no espaço Curumim



Fonte: acervo da pesquisa, 2022.

No ano de 2012, outro coletivo, o Noite de Cinema, surge na região, com a proposta de levar sessões de cinema gratuitas à comunidade local. Ao longo dos anos, tem realizado diversos eventos itinerantes em cidades mineiras e também em algumas fora do estado, contribuindo para divulgação de diversos produtores culturais do audiovisual, inclusive locais (Noite de Cinema, *s.d.*). Este coletivo instituiu o Cine Teatro Popular, em Justinópolis, que se tornou parceiro da Ascoton, a partir de 2021, dividindo com a associação sua sede e instalações, e, contribuiu para divulgação dos produtos de vídeo extensionistas e edição de um dos vídeos realizados. Na Figura 5, a seguir, se vê parte das instalações do Cine Teatro Popular, onde algumas atividades do projeto de extensão se realizaram, como a entrevista com um dos moradores da região.

Figura 5 – Realização de uma das entrevistas no espaço compartilhado pelo Cine Teatro Popular e Ascoton.



Fonte: acervo da pesquisa, 2023

Os públicos e objetivos dos coletivos e da associação são diferentes, cada um deles representando potenciais e desafios para realização do projeto, conforme será relatado a seguir.

4. Resultados

O trabalho de pesquisa foi essencial para compreensão da metodologia do IBRAM e para se tratar relações entre ela e as práticas comunitárias, com resultados apresentados nas seções anteriores deste texto, e em artigos como Rocha (2021), Rocha; Lei (2023); Lei; Rocha; Freitas (2023) e Rocha; Lei; Freitas (2023). Os subtópicos a seguir procuram relatar os resultados do trabalho de extensão que procurou adaptar a metodologia do IBRAM, voltada para criação de pontos de memória, para criação de acervos voltados à realidade local dos grupos atendidos.

4.1 - Dificuldades para a sensibilização comunitária

A primeira etapa para criação de um ponto de memória é definida pelo, IBRAM, como sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa. Às luzes da psicologia social comunitária, este trabalho requer a formação de uma demanda, construída a partir de um encontro desejante entre membros da comunidade e a pessoa ou equipe que nela pretende intervir, para contribuir com seus anseios (Rocha, 2021). A demanda não é uma imposição, e qualquer meta objetiva deve ser colocada um pouco de lado para se ter algum sucesso diante de uma comunidade, que é viva e formada de laços que se constroem para além das objetividades das ações. É preciso

que um projeto de criação de um centro comunitário de memória ou de ponto de memória mobilize afetos.

O trabalho comunitário requer respeito grande pelo saber do outro (diálogo, partilha de saberes) e garantia de autonomia e autogestão das próprias comunidades. As práticas comunitárias devem ser democráticas, participativas e igualitárias. Se a sociedade opera na linha do haver, valorizando o dinheiro e a capacidade técnica, a comunidade opera na linha do ser, valorizando o conhecimento mútuo e as relações afetivas (Rocha, 2021, [p.5]).

Nossa entrada primeira em Justinópolis foi por meio de uma aluna com vínculo voluntário em nossa atividade de extensão. Ela morava na comunidade, e conhecia o esforço realizado pelo coletivo Curumim para atender a população de seu entorno, e nos apresentou às suas lideranças, em uma manhã de abril de 2022. Eu liderava a equipe formada, até aquele momento, por uma aluna voluntária e uma aluna bolsista de extensão. O encontro se deu com nossa oferta de quitutes e compartilhamento de café, enquanto conversávamos sobre o nosso desejo de criar um centro de memória popular, com o líder do coletivo e outros dois de seus membros. O líder relatava vivamente sobre como ele gostaria que o Curumim fosse revivido e abraçado pela população local, e apresentava queixas em relação ao abandono da cultura e da população pelo poder público de Ribeirão das Neves. Em nossa conversa, ponderamos que recuperar a memória do lugar poderia ajudar a reavivar este vínculo das pessoas com o local, pois esta, afinal, é uma das funções da memória (Lei; Rocha; Freitas, 2023).

Nesta primeira etapa, era esperada a formação de um projeto coletivo para criação de um centro de memória. Existia uma vontade compartilhada, mas o projeto formal não existiria. Como é característica do trabalho em psicologia comunitária, é importante que exista implicação do pesquisador-interventor e da comunidade, em três níveis: psicoafetivo, histórico-existencial, estrutural-profissional (Rocha, 2021).

Em nosso papel estrutural-profissional nos colocamos como mediadores capazes de ajudar no processo da possível criação de um centro comunitário de memória, e percebemos conexão afetiva e de valores com os líderes comunitários, o que é essencial para realização de trabalho desta natureza. Não foi possível, de imediato, formar uma instância deliberativa para um ponto de memória imaginário. Como talvez seja comum em projetos de despertar da memória, a ideia inicial foi colher relatos de moradores mais antigos do bairro, que poderiam dizer como foi construir o bairro, e, mais especialmente, como foi fazer parte do Curumim, e o que ele

representou, no passado, e o que ele representava, naquele momento de ocupação. O foco seria conhecer pessoas que foram alunos, funcionários do Curumim no momento em que ele estivera no auge, e, também, registrar as memórias daquele espaço antes e depois do coletivo atuar.

Traçamos uma estratégia para conhecer essas pessoas: participaríamos de um evento, junto com outras universidades, para realização de ações como rodas de conversa sobre sexualidade, bazar, atendimento de saúde (aferimento de pressão e orientações gerais sobre saúde física e mental), e ali teríamos um espaço para apresentar nossa proposta de realizar chás de memória e entrevistas de história oral (ver Figura 4 do espaço sendo organizado para o evento). Naquele evento, nos organizamos para apresentar um vídeo de sensibilização sobre a importância da memória (Rocha, 2022) e abordamos as pessoas presentes para convidá-las a dar o seu relato sobre o Curumim, construímos uma lista de nomes com contatos de moradores para realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas em vídeo, sobre a sua história de vida e sobre o vínculo que tinham com o Curumim no passado e nos dias atuais. O roteiro foi discutido com a liderança local, um jovem de 28 anos, que foi o primeiro a conceder entrevista para o projeto, tendo em vista que os instrumentos de pesquisa devem ser elaborados com a comunidade, nos moldes da pesquisa-ação. Em outras palavras, existia uma intencionalidade na construção das narrativas sobre o Curumim, as memórias são um terreno de disputas (Lei; Rocha, Freitas, 2023). Uma das pessoas entrevistadas naquele ano de 2022 foi o presidente da Associação do Bairro Tony e adjacentes (ASCOTON), que veio a ser, posteriormente, parceiro do projeto, em sua continuidade no ano de 2023.

O estabelecimento de parceria com a Ascoton, tendo em vista o trabalho já realizado no Curumim, com seus produtos (que adiante serão detalhados – um vídeo e um livro paradidático), abriu as portas para a continuidade do registro de memórias do bairro Tony, tendo em vista o interesse de sua liderança em entender como o bairro se formou, e o papel da Associação neste processo. A identificação de potenciais fontes de pesquisa em história oral aconteceu de maneira diferente, na Ascoton, em relação ao Curumim: a figura de sua liderança contactou grande parte dos participantes para entrevista de história oral, reforçando o nosso entendimento do interesse em torno da construção das narrativas, com seus possíveis ganhos simbólicos e afetivos.

Se a pesquisa-ação se inicia com a inserção do pesquisador na comunidade e com a construção conjunta da definição do problema (Rocha, 2021), não se pode afirmar que a criação de um centro de memória comunitário foi tomado como um

problema, nem como uma necessidade, tanto pelo Ocupa Curumim quanto pela Ascoton, no entendimento da psicologia comunitária sobre necessidade, problema e questão.

Os problemas e necessidades são dificilmente formuláveis e evidentes” (MACHADO, 2004, p. 20). Para Sarriera (2010)⁶, as necessidades estão relacionadas às faltas, mas que podem não ser percebidas pela comunidade devido à força da ideologia, entre outros aspectos (Rocha, 2021, [p.11]).

A dificuldade de mobilizar em torno da memória e tomar a questão da sua construção social como um problema que conduza a alguma ação já fora apontada por Lei; Rocha e Freitas (2023) e não se constitui numa novidade. Tanto no Coletivo Ocupa Curumim quanto na Ascoton o interesse pelas memórias associou-se à vontade de se reconhecer o trabalho realizado por estas organizações, em primeiro lugar. O resgate dos vínculos afetivos, tão caro à memória também esteve presente, mas de maneira mais evidente na demanda da Ascoton, inclusive pelo perfil da liderança, ocupada por um senhor que contava seus 57 anos de idade.

A compreensão do trabalho, em ambos os casos, se deu pelo registro do relato das memórias dos moradores que tinham contribuições para a história do bairro, como foi o caso de entrevistas realizadas com ex-presidentes da Ascoton, e também de pessoas conhecidas e queridas. O cotidiano, tão caro à atuação em psicologia social comunitária (Rocha, 2021), estava à frente de um rigor metodológico em pesquisa histórica. Depoimentos de moradores mais jovens, na casa dos 40 anos, também foram tomados, tendo em vista o lapso temporal de ação do Programa Curumim e também a história de ocupação recente da região. Foram realizadas entrevistas, gravadas em vídeo, para levantar a história oral de seus moradores, ora realizadas individualmente, ora em grupos de duas ou até mais pessoas, conforme a disponibilidade e mobilização dos participantes. O roteiro incluía momento em que se mudaram para região e motivações para a mudança, além de estimularmos reflexões sobre problemas, melhorias e narrativas de acontecimentos marcantes na vida do bairro.

Não tivemos papel diretivo na escolha dos participantes, nem limitamos a quantidade de participantes por entrevista realizada. Neste ponto, é importante refletir sobre a escolha das narrativas para compor um centro de memória, o que seria o germe de um processo de musealização que viria a existir. O compromisso do nosso

⁶ SARRIERA, J. C. Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: A avaliação como processo. In: SARRIERA, Jorge C.; SAFORCADA, Henrique T. *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

trabalho não foi com a exatidão histórica, mas foi, essencialmente, acolher a vontade de (re)tecer vínculos pela memória, o que é uma de suas funções e também de museus comunitários (Lei & Rocha & Freitas, 2023; Rocha & Lei, 2023).

O trabalho da memória social realizado nos Pontos de Memória pode ter sua importância entendida sob duas óticas: como um marco territorial do resgate histórico da construção coletiva para promoção da autoestima da comunidade e como juiz do valor da contribuição individual de cada morador. (Lei; Rocha, Freitas, 2023, p.38).

De todo modo, a escolha dos participantes poderia ser questionada ou questionável tanto pela própria comunidade, dados seus conflitos internos em torno de diversas questões como da política, e de sua diversidade, entre elas, a religiosa. O recorte orientado pelos líderes, de certa forma, talvez tenha abafado um possível conflito em torno das escolhas dos participantes, caso existissem mais entidades comunitárias envolvidas ao mesmo tempo no processo.

A maioria das entrevistas realizadas, com a comunidade do Curumim, foi em seu próprio espaço físico, especialmente em sua biblioteca. Enquanto que as outras entrevistas, em parceria com a Ascoton, foram realizadas na casa dos moradores, e algumas no espaço do Cine Teatro Popular (como se pode ver na Figura 5). É preciso pontuar que o caráter mais intimista das entrevistas nas casas das pessoas apresenta um ganho para reavivar as memórias e tornar mais próximos os contatos, ao mesmo tempo que também traz alguns constrangimentos aos participantes. O contato foi gratificante para ambas as partes, pesquisadores e participantes. As horas das entrevistas se sucediam com risadas e quitutes, alguns que oferecíamos, outros que nos eram oferecidos.

Como é comum na pesquisa-ação, realizávamos reuniões periódicas para darmos retorno sobre as entrevistas, e avaliarmos a viabilidade da inserção de novos participantes. Cheguei a propor a realização de chás de memória periódicos, para promover maior aproximação com a comunidade, como parte da grade de cursos e oficinas da Ascoton, mas o propósito da ação não parecia estar muito claro, e a proposta não foi adiante. Também em 2023, quando soubemos da reedição dos prêmios pontos de memória e pontos de cultura, nos reunimos lideranças da Ascoton e Cine Teatro Popular, pois víamos a possibilidade real de podermos formar uma instância deliberativa que desse vida a um processo inicial de criação de um ponto de memória para a Ascoton e para o Cine Teatro, talvez iniciando por conceber o espaço como um ponto de cultura que poderia, a posteriori, realizar ações museais e tornar-se um ponto de memória. Valia mais, naquele momento, discutir o processo, compartilhar

o entendimento do que seria constituir um ponto de cultura e um ponto de memória, mas a dificuldade de formalização da proposta para participação daqueles editais se impôs: afinal, a Associação era um ponto de cultura? Ponto de memória, certamente, não. Na ocasião em que conversamos sobre essa possibilidade, o espaço em que a Associação funcionava passaria por reforma, e o horizonte de estabelecer um ponto de memória estava ainda mais distante. Por outro lado, o coletivo Noite de Cinema já estava com suas atividades de organização mais amadurecidas para captação de recursos públicos em diversos editais voltados à cultura, o que pode trazer à tona o papel inclusivo da cultura na região, mas, também, a reflexão de Baimza e Guzzo (2015) sobre o papel do terceiro setor no encaminhamento de transformações sociais e encaminhamento de pautas para o campo político.

O papel da universidade, neste ponto, merece reflexão. Lei e Rocha (2023), bem como Rocha; Lei e Freitas (2023) já alertavam que a universidade, nos pontos de memória constituídos no Brasil, exercia diferentes papéis, tais como contribuir para capacitação de seus agentes e até ajudar na sua gestão, com o estabelecimento de parcerias. Nós tivemos um papel muito ativo na construção de registros de história oral que podem compor um inventário participativo, mas não foi o suficiente para formação de um grupo (instância deliberativa) para criação de um ponto ou centro de memória da região. Tivemos êxito na criação, junto com o Coletivo Ocupa Curumim, na criação de um repositório digital dos depoimentos de história oral, gravados em vídeo, dos moradores da região⁷, e o processo foi construído de forma conjunta, mais próxima, mas não é possível dizer que existirá continuidade deste repositório, com novas ações. Também para o Coletivo Ocupa Curumim, a escrita de um livro paradigmático “Crescendo com Justinópolis” (Rocha; Gonçalves; Rabelo, 2022), contou com a ilustração de pessoas da comunidade, e revisão do líder do coletivo. Já na Ascoton, o estabelecimento de um centro de memória não estava no norte, mas a recuperação da memória do bairro Tony, com o propósito de criação de uma ação específica – um vídeo com a história da região contada por seus moradores, a exemplo do que fora realizado junto ao Ocupa Curumim. Resgatar a importância da Ascoton parecia ser a principal motivação de sua liderança, que esteve presente em alguns das entrevistas realizadas.

⁷ O documentário criado, bem como os registros de história oral dos moradores estão na PlayList <https://www.youtube.com/playlist?list=PLXU5EYffnimcGqIFsYWoQBODmrl7Iziz> da Toth Criativa (<https://www.youtube.com/@tothcriativa>).

4.2 - Qualificação de quem?

Não tendo sido formada uma instância deliberativa para criação e institucionalização de ponto de memória, quer seja junto ao Ocupa Curumim, quer seja junto à Ascoton, talvez não faça sentido refletir sobre a etapa de qualificação, ou sobre quaisquer outras que se sucedem a ela. O nosso papel foi fazer registros de memórias dos moradores da região PARA eles, e não COM eles, de forma que não fazia sentido pensar em qualificação dos agentes comunitários. No entanto, entendemos que realizamos qualificação quando procuramos compartilhar nosso entendimento sobre a história oral e também sobre como realizar entrevistas com consentimento dos moradores para sua divulgação, junto à liderança do Ocupa Curumim.

Já no que diz respeito aos vídeos realizados, o uso de trilha sonora de artistas locais também requereu aprendizado mútuo de pesquisadora e artistas, pela falta de experiência e conhecimento em detalhes de inserção das músicas em trilhas sonoras com o devido crédito de direitos autorais.

4.3 - Desafios para realização de inventários participativos no contexto e polarização político-partidária

O interesse inicial do projeto era realizar inventário participativo junto à comunidade, procurando capacitar (na etapa de qualificação) as pessoas para que elas realizassem o inventário daquilo que decidissem que deveria ser inventariado. No entanto, em ambas as parcerias construídas (no Coletivo Ocupa Curumim e na Ascoton), os limites do que seria inventariado surgiram na conversa com cada uma das lideranças, conforme relatado na seção sobre sensibilização comunitária. Tanto em um quanto em outro caso, poderíamos, talvez, ter realizado cursos ou oficinas sobre o que são os inventários participativos, mas entendemos que seria necessário maior mobilização de pessoas em torno da constituição do ponto, ou seja, que a etapa 1 estivesse sido concluída com maior êxito, para realizarmos ações de capacitação de equipe de moradores do próprio bairro para realização do inventário.

Também não existia entendimento sobre marcos importantes da história da região, tanto no que diz respeito a objetos da cultura material, lugares ou manifestações culturais que pudessem ser inventariadas. Mas, as narrativas autobiográficas sempre se cruzam com a memória coletiva e, de maneira bem marcada, a operação da rede de caçambas do Itaú, com uma de suas localidades reconhecida como patrimônio, pelo município, foi lembrada por muitos dos

entrevistados como algo que marcou a região, tanto por evocar lembranças boas, quanto ruins e alguns “causos” sobre ocorrências em sua operação, alguns deles inspiraram a escrita de um dos produtos extensionistas do projeto, o livro de contos “Foi justamente assim... ‘Causos’ de Justinópolis”, foi escrito pela pesquisadora, voluntárias e bolsista de extensão, contendo histórias dos moradores locais entrevistados. Uma das imagens de operação da rede foi compartilhada por uma das entrevistadas e se vê na Figura 6.

Figura 6 – Panorâmica do Bairro Tony na década de 1980, vista da casa de uma das entrevistadas



Fonte: acervo pessoal de Vitalina Batista dos Santos, sem data certa.

Nota: ao alto, se observa a caçamba passando em um fio.

A referência a outros patrimônios do município – campanário, quilombo – foi muito tímida, nas entrevistas. O contato com um dos líderes da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que tem laços com as lideranças do Coletivo Noite de Cinema, se deu por intermédio do Coletivo e também por indicação do funcionário do Arquivo público da cidade. É um desafio lutar pela preservação destes locais quando não são reconhecidos e ativos na memória, em cenários de diversidade de manifestação religiosa.

A equipe de extensão, formada pela pesquisadora, por alunas bolsistas e voluntárias, realizou todo o trabalho de registros de histórias orais, contando com a participação do técnico em áudio visual da universidade. Não obstante, contamos com o apoio efetivo da comunidade, especialmente uma entrevistada no Tony⁸, a nos indicar e mediar o contato com pessoas importantes da comunidade para realização

⁸ Agradecimentos à Dôra por ter nos concedido rica entrevista e ajudado imensamente na indicação e seleção dos participantes para os registros de história oral.

de entrevista, especialmente associadas às propriedades que deram origem ao bairro, gerenciadas por Antônio José Petral (origem do bairro Tony). Acreditamos que talvez pudessemos mobilizar esta e outras pessoas para que elas mesmas fizessem a pesquisa e escrevessem sobre a história e memórias do bairro. Porém, os recursos para o projeto de extensão sempre foram limitados, sendo o deslocamento para a comunidade nem sempre simples (com recursos próprios e a mais longas distâncias, em algumas vezes, aos finais de semana), o que dificultou a regularidade das nossas intervenções. Procurávamos realizar entrevistas a cada 15 dias, fora dos períodos de férias, e a falta de entrega de produtos que possibilitassem o acompanhamento e a evolução do trabalho é dificultosa para a continuidade do trabalho em comunidade, e o distanciamento era sentido de forma negativa pela comunidade.

Também em outra ocasião, contamos com o apoio de uma pessoa muito conhecida no bairro para realizar uma entrevista coletiva, quase um chá de memória, em sua casa, com a presença de 5 moradores, a quem somos muito gratos⁹. Em outra ocasião, um dos participantes da entrevista convidou outras duas pessoas para participarem de um chá de memória que tentamos organizar e que, ao cabo, contou com a presença de duas pessoas. A efetiva participação da comunidade para registrar, entre si, suas memórias, não aconteceu, mas o empenho em indicar pessoas e reuni-las não pode ser negado, e isso engrandeceu muito a realização de várias de nossas entrevistas.

No entanto, algumas dificuldades também apareciam, como as diferenças de alinhamento político, especialmente, e religioso, dos participantes entrevistados, aspecto também encontrado na literatura (Lei; Rocha; Freitas, 2023). Em uma ocasião, quando atuávamos no Curumim, uma pessoa convidada para entrevista se deparou com dizeres “Fora Bozo” no quadro negro da biblioteca, e desistiu de participar. Percebemos que o alinhamento à esquerda do espaço nem sempre agradava os depoentes.

Questões relativas à violência e criminalidade na região apareciam em alguns relatos, como de marcas de balas no portão de um dos moradores entrevistados, e a sensação de insegurança era relatada com frequência. A morte de algumas pessoas era recordada como importante para a história da região, e suprimimos aqui seus nomes, mas um dos casos marcantes, contado por mais de um dos entrevistados, foi da nomeação da avenida principal da cidade, que se chamava Civilização e passou a receber o nome de “Denise Cristina da Rocha”, marcando a morte de uma criança, a

⁹ Agradecemos ao Caldeira por todo seu esforço em nos ajudar nesta reunião.

Denise, atropelada naquele local. Uma cena de um dos vídeos produzidos por nós faz referência a esta lembrança (Rocha, 2023)¹⁰.

Algumas questões merecem destaque, nas etapas de mobilização, e durante a realização das entrevistas, em ambos os espaços: o interesse da universidade, na região, era sempre colocado em questão. Com frequência, os participantes queriam entender o meu interesse na região, meu alinhamento político-partidário. É compreensível a pergunta à luz da psicologia comunitária, já que a demanda é também demanda de amor, de afeto (Rocha, 2021). Alguns entrevistados mostravam-se muito curiosos e mobilizados em torno de relembrar suas memórias e sentiam-se felizes com o nosso interesse. Nós encorajávamos os depoentes a indicarem mais pessoas, e também a compartilharem suas fotos. Gostaríamos de fazer rodas de memória com mais participantes, o que dificilmente se viabilizava. A compreensão sobre o nosso trabalho parecia ocorrer nos momentos de partilha dos resultados, na apresentação dos vídeos e livros, embora nem todos os entrevistados puderam acompanhar tais eventos.

4.4 - Produtos de difusão

Durante a execução dos projetos de pesquisa e extensão junto ao Coletivo Ocupa Curumim, propomos a realização de dois produtos de difusão do trabalho: um livro paradidático e um vídeo contendo o relato dos moradores. Ambos foram executados com êxito, e com apoio efetivo da liderança comunitária. O livro paradidático¹¹ foi construído com ilustrações produzidas por uma das pessoas da comunidade indicada pelo coletivo, e contava a história de um personagem fictício – Madalena – nascida no mesmo ano que Justinópolis foi incorporada a Ribeirão das Neves, 1953. A opção por esta forma narrativa se deu em virtude da carência de literatura disponível sobre a região, em uma linguagem mais simplificada, que pudesse ser utilizada em escolas. No ano de 2024, ao lançar outros vídeos derivados do projeto, um professor de artes relatou que utiliza a publicação para contar a história da cidade, o que coloca em relevo a importância do trabalho em seu viés educativo. O primeiro vídeo¹², embora com roteiro e edição realizados por nós, foi muito bem acolhido pelo Coletivo Ocupa Curumim, e exibido no espaço da Associação Ascoton

¹⁰ Iê! Justinópolis. Salve! Curumim. 2023. Documentário que conta a memórias de Justinópolis, contadas a partir de seus moradores. <https://youtu.be/GTtBLGt-5PA> [Argumento: Eliane Cristina de Freitas Rocha].

¹¹ ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; SOARES, Núbia Moreira Gonçalves; RABELO, Marcos Vinícius Rocha. *Crescendo com Justinópolis*. São Carlos: Editora Scienza, 2022. 32p..

¹² TOTH CRIATIVA. *Iê! Justinópolis Salve!* Curumim. 2 mar 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GTtBLGt-5PA&t=509s> Acesso em: 10 set. 2024.

em conjunto com o Cine Teatro Popular. Ambos os produtos acabaram por cumprir o papel de elementos de sensibilização comunitária para o trabalho com as memórias e, a partir deles, conseguimos mobilizar mais pessoas para nos conceder novas entrevistas para angariar mais histórias do bairro Tony para realização de outros vídeos sobre a região.

Um livro de “causos” ou contos inspirados nas histórias contadas pelos entrevistados e outros dois vídeos para contar a história da região e suas memórias, ambos com recursos captados em editais de extensão universitária, também foram finalizados, já no ano de 2024, voltados para a Ascoton¹³. No trabalho do livro, incluímos uma ilustradora local, e pessoas da comunidade do Coletivo Noite de Cinema colaboraram com a edição e filmagem de externas de um dos vídeos (“Dos campos de Campanhã à Justinópolis de amanhã”). A trilha sonora dos vídeos foi composta por músicas de artistas locais (Coral Vozes de Campanhã, Marcos Brey), o que caminha na direção daquilo que acreditamos a respeito importância da participação da comunidade no trabalho, na direção da pesquisa-ação. O trabalho despertou o interesse do Coletivo Noite de Cinema, e participamos da 6ª Mostra Cine Periférico, ocorrida em dezembro de 2024, e organizada pelo coletivo, nas dependências do Cine Teatro Popular, em torno da temática do patrimônio da cidade.

A escolha das narrativas dos vídeos foi desafiadora. O ideal seria contar com a elaboração coletiva do roteiro, envolvendo a comunidade, mas não foi possível. Procurei fazer justiça às falas dos entrevistados, no que diz respeito à marca da solidariedade que foi muito presente nas entrevistas, assim que lutavam pela sobrevivência, sendo este o mote do vídeo “O justo milagre do viver”. Por outro lado, o vídeo “Dos campos de Campanhã à Justinópolis de amanhã” se sustentou tanto na falta dos moradores, que fazem referência aos patrimônios citados pelos moradores e à pesquisa histórica realizada ao longo dos anos de realização do projeto de extensão em instituições arquivísticas (Arquivo Nonô Carlos, APCBH, Arquivo Público Mineiro)¹⁴. A recepção dos dois vídeos ocorreu em dois eventos realizados em dezembro de 2024, e sua recepção pelos líderes da Ascoton, Curumim e Noite de Cinema, foi muito boa, e diria, emocionante, aspecto que ajuda a fortalecer o vínculo entre os líderes, participantes do coletivo e a equipe de pesquisa.

¹³ ROCHA, E. C. F. Dos Campos de Campanhã à Justinópolis de amanhã. Canal Pesquisa. Memória. Popular Vimeo. Belo Horizonte: 7 dez. 2024. Disponível em: <https://vimeo.com/manage/videos/1056530362/9874e4cc17> 26 min. Acesso em: 20 jun. 2025.

ROCHA, E. C. F. O justo milagre do viver. Canal Pesquisa. Memória. Popular YouTube. Belo Horizonte: 7 dez. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/bXpgxT3gtJE> . Acesso em: 20 jun. 2025. 24 min 25 seg.

¹⁴ Agradeço todos os funcionários destas instituições que me ajudaram na pesquisa, especialmente ao Luiz, do Arquivo de Ribeirão das Neves.

Para além da emoção, fazer as pessoas mais jovens conhecer a história e a memória do bairro também é um ganho importante, relatado por alguns participantes das seções, e outros que começam a evocar lembranças, e a mostrar o desejo de que exista continuidade no resgate dos fios das memórias. Também acreditamos, pelo referencial da psicologia comunitária emancipatória, que seria importante que o conhecimento fosse criado pelo próprio grupo participante (Rocha, 2021), e a tentativa de incluí-los, de alguma maneira, na elaboração dos produtos de difusão, sempre está no nosso norte, embora nem sempre seja viável, sabedores que somos que “A questão da geração de renda e movimentação social e cultural da comunidade não são questões acessórias para o museu comunitário” (Lei; Rocha; Freitas, 2023), e a ausência de recursos dificulta sua realização.

5. Considerações finais

O trabalho de extensão realizado junto à Ascoton e Ocupa Curumim se caracteriza como prática comunitária motivada pelo resgate de memória, com vistas a ajudar no sentido de pertencimento dos grupos e reconhecimento das comunidades das ações realizadas por eles. Não se associou a ações museais diretamente relacionadas a patrimônios reconhecidos, nem a processos de musealização existentes ou em vias de existir. No que diz respeito ao seu caráter participativo, pode-se dizer que avançou no reconhecimento da realidade grupal – relacionada às etapas 1 e 2 da metodologia do IBRAM – ou seja, de reconhecimento e sensibilização comunitárias, e no processo de investigação sobre a história da região, com escolha de participantes construída em conjunto com a comunidade, e roteiro compartilhado com a equipe e comunidade. A apresentação de resultados parciais com avaliação da comunidade, também foi cumprida, sendo os primeiros produtos realizados em parceria com o Ocupa Curumim uma ponte para a realização de parceria com a Ascoton, com avaliação positiva pelas lideranças locais.

A realização desta pesquisa-ação com duas diferentes parcerias trouxe importantes reflexões sobre a aplicação da metodologia do IBRAM como um trabalho comunitário. Nós não tínhamos o papel e a força institucional do IBRAM, nem os recursos de uma política pública para construir ações coletivas para criação de um ponto de memória. Como toda pesquisa-ação, e como um trabalho comunitário, a construção da demanda ou do problema a ser investigado/da intervenção a ser realizada, parte de uma compreensão mútua do problema.

Para nós, o problema era criar um centro de memória popular de maneira participativa, seja no ambiente virtual ou no espaço concreto. De certa maneira, fomos bem sucedidos na formação deste problema e em "sua execução, junto ao Coletivo Ocupa Curumim, sendo o resultado do trabalho visível e disponível para todos em um canal do *YouTube*. No entanto, a execução deste projeto coletivo não se deu de maneira inteiramente participativa, pois a equipe de pesquisa e extensão precisou realizar toda a captação e edição dos vídeos, contando com papel ativo da liderança comunitária para sua disponibilização e difusão. Mesmo junto a este coletivo, o trabalho só pode se realizar pelo emprego de recursos financeiros próprios da pesquisadora (lanches, deslocamentos da equipe) e também de recursos captados em editais de pesquisa e extensão. Mas, o apoio logístico e empenho da liderança comunitária foram essenciais para disponibilizar todos os registros de memória online, no YouTube do Coletivo. Posteriormente ao incêndio ocorrido no final de 2022, a liderança do coletivo se organizou com outras pessoas da comunidade para fundar outro coletivo, no ano de 2024, sendo o trabalho com a memória algo não exatamente prioritário em sua nova empreitada.

Não acreditamos que a falta de emprego passo a passo da metodologia do IBRAM diminua o sucesso de nossas ações, já que conseguimos ocupar um ambiente virtual com memórias de uma comunidade que usualmente não tem voz e, conseguimos mostrar, no primeiro vídeo produzido, as memórias do Curumim e também a tragédia que foi o seu incêndio, possivelmente criminoso, que causou muita revolta junto ao Coletivo. Quando iniciamos o trabalho lá, já tínhamos um norte do momento de sua finalização (fevereiro de 2023), de modo que, quando o incêndio ocorreu, em novembro de 2022, estávamos em processo de elaboração do roteiro do vídeo produzido e modificamos seu argumento, tendo em vista aquele acontecimento fatídico. Realizar um trabalho comunitário requer estar junto, participar, e, naquele momento, acreditamos que o vídeo foi importante para dar visibilidade às ações do coletivo e à crueldade de destruição de um dos seus espaços. Para a posteridade, acreditamos que o nosso trabalho ajudará a reconstruir sua memória. Acreditamos ter contribuído para reconstruir e construir memórias, não de maneira rigorosamente planejada com a metodologia do IBRAM, mas dentro dos limites e recursos financeiros que tínhamos, e, sobretudo, empregando o melhor que podíamos da nossa amorosidade (implicação afetiva) o que deve caracterizar um trabalho efetivamente comunitário (Rocha, 2021).

No que diz respeito à nossa pesquisa-ação junto à Ascoton, notamos diferença na dinâmica do trabalho, em que uma demanda mais específica se colocou – de realizar um vídeo com a história do Tony e o papel da Associação. Existiu maior intervenção na escolha dos entrevistados, inclusive com a presença da liderança em várias das entrevistas, lembrando histórias em conjunto com os entrevistados, o que não é um problema, já que a ativação coletiva da memória representa um ganho, e não uma fragilidade, para a sua reconstituição. Também mais ao final do processo, a parceria existente entre a Ascoton e o coletivo Noite de Cinema traz à tona reflexões intersetoriais mais profundas entre a produção cultural e a assistência social. Nós nos colocamos como parceiros da Ascoton, que, por sua vez, contava com as ações do coletivo no que diz respeito à infraestrutura para os eventos e captação de recursos. O contato direto com a liderança do Noite de Cinema, mais na conclusão dos produtos, incluindo um convite para participação na 6ª Mostra Cine Periférico, e auxílio na edição final de um dos vídeos produzidos, foi essencial, o que também colaborou para a inclusão de um entrevistado ligado a um dos patrimônios do município – o quilombo Nossa Senhora do Rosário. Cabe, aqui algumas considerações: o trabalho comunitário é fortalecido quando existem conexões entre os atores e coletivos locais, formando ou não redes; fica evidente o papel da produção cultural enquanto transformadora da realidade local, incluindo ganhos importantes para o reconhecimento social e também para impulsionar inclusão produtiva por meio da cultura. Não se pode deixar de mencionar, também, que o final do trabalho, em 2024, ocorreu em período de campanha eleitoral para cargo de vereador da liderança da Ascoton, o que dificultou o seu envolvimento nas últimas etapas do trabalho, e, também devido ao seu abatimento por não ter sido eleito.

Ao se refletir que o museu comunitário é prática comunitária, e que a comunidade é um processo de vir a ser (Rocha, 2021, p.13), é possível afirmar que neste devir, um movimento instituinte de um centro de memória, ou de várias ações museais como práticas comunitárias, comecem a surgir. Acreditamos que plantamos uma semente que pode germinar frutos na construção da percepção da beleza das lutas da constituição da história de sobrevivência da região. Alguns contatos posteriores à exibição dos vídeos, para o resgate de memórias de outras regiões próximas, intermediadas por uma escola, já começaram a acontecer. Mas a mobilização em torno das memórias, muitas delas dolorosas e que teimam ficar recalçadas ou que se procura esquecer, é sempre difícil. Fazer essa semente germinar e crescer requer, especialmente, o brilho desejante gratuito de lideranças comunitárias desperto pela memória e seus afetos.

Agradecimentos

Agradeço a participação do técnico em audiovisual Álvaro Luiz da Silva Santana e aos discentes participantes dos projetos: Cristiane Calheiros Lei; Álisson Valentim de Freitas; Ingrid Dias da Silva; Núbia Moreira Gonçalves; Ingrid Souza Araújo; Beatriz Drosdrocky Gonçalves; Yuri Anderson Simões Pereira. Agradecimentos mais que especiais a todos os participantes das comunidades que forneceram seus depoimentos, cujos nomes não citarei nominalmente, mas poderão ser vistos nos produtos extensionistas realizados. Agradeço, também, pelas parcerias e empenho na realização das ações extensionistas, ao presidente da Ascoton, Adair Francisco Rodrigues; ao Tiago Toth (Tiago Henrique Lopes Viana), do Coletivo Ocupa Curumim; ao Oderval, líder do coletivo Noite de Cinema e ao Alexandre Miguel Lopes, do coletivo Noite de Cinema.

Agradeço ao CNPq pela concessão de auxílio à realização da pesquisa intitulada “Mediando memórias individuais e coletivas: A experiência de construção de centros de memória comunitários”, contemplada em edital universal 28/2018, aprovada no CEP da UFMG sob número CAAE 35708820.4.0000.5149, realizada entre os anos de 2019 e 2022, e fundamentada especialmente em fontes documentais, com resultados que podem ser lidos nos artigos Rocha; Lei (2023); Lei; Rocha; Freitas (2023) e Rocha; Lei; Freitas (2023). Agradeço também à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX-UFMG) pelo apoio na realização do projeto de extensão sob registro no Sistema de Extensão (SIEEX - UFMG) 403955 - “Comunidade e cultura: criando espaços de (para) memória e informação em comunidades”. As ações junto à comunidade foram realizadas em projeto extensionista, ao longo dos anos 2022 e 2024, e seus produtos (três vídeos e dois livros) contaram com fomento parcial da PROEX-UFMG.

Referências

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*. v. 22, n.1, p.95-103, 2010.

BAIMA, Larissa Soares; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Formação em psicologia e prática comunitária: problematização da psicologia social comunitária no Brasil. *Rev. psicol. polít.*, v. 15, n. 32, p. 33-47, abr.2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev. 2025.

CBH RIO DAS VELHAS - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS. *Encontro em Ribeirão das Neves apresenta Plano de Manejo para a APA Cachoeira da Lajinha*. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/novidades/encontro-em-ribeirao-das-neves-apresenta-plano-de-manejo-para-a-apa-cachoeira-da-lajinha/> Acesso em: 10 fev. 2025.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *V01o Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos*. Relatório de fiscalização no v01017. Sumário Executivo Ribeirão das Neves, MG. 19 set. 2016. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/866731>
Acesso em 11 jul. 2024.

COLETIVO CURUMIM. *Ocupa Curumim*, 2022. Informações sobre o Coletivo e projetos disponibilizadas para a comunidade. Disponível em: <https://www.ocupacurumim.com.br/>.
Acesso em: 26 set. 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FREITAS, Maria de F. Q. de. Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. *Revista Psicologia Política*, v.1, n. 2, p. 71-92, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Fundação Cultural Palmares certifica mais 19 comunidades remanescentes de quilombo*. 10 mar. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-cultural-palmares-certifica-mais-19-comunidades-remanescentes-de-quilombo>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRIEDL, Flavia; FARIAS, Francisco. Violência e condição humana. *Trivium* [online]. v.7, n.2, p.231-245, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912015000200005&lng=pt&nrm=iso. ISSN 2176-4891. <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2015v2p.231>.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JUSTINÓPOLIS (Ribeirão das Neves). Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Justin%C3%B3polis_\(Ribeir%C3%A3o_das_Neves\)#:~:text=O%20nome%20Justin%C3%B3polis%20foi%20escolhido,Piedade%2C%20da%20escola%20estadua%20Prof](https://pt.wikipedia.org/wiki/Justin%C3%B3polis_(Ribeir%C3%A3o_das_Neves)#:~:text=O%20nome%20Justin%C3%B3polis%20foi%20escolhido,Piedade%2C%20da%20escola%20estadua%20Prof). Acesso em: 11 jul. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

LEI, C. C.; ROCHA, E. C. F.; FREITAS, A. V. Musealização em pontos de memória brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 65, n 21, p. 31-42, 2023.

MACHADO, M. N. M. A pesquisa-intervenção psicossocial. In: MACHADO, M. N. M. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MACHADO, Jardel Pelissari; ZANELLA, Andrea Vieira. Monumento ausente: tensões e história(s) (in)visibilizada(s) na univers/cidade. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 73,n. 3,p. 6-22, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672021000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2025. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2021v73i3p.6-22>

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre pesquisa e compromissos sociais: Uma experiência de mobilização social e participação comunitária em um projeto socioambiental. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R. S. L. (orgs). *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

OEI - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*.: Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, Phábrica, 2016. ISBN 978-85-69369-02-8. NOITE DE CINEMA. Institucional. Disponível em: <https://www.noitedecinema.com.br/#duvidas>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRÃO DAS NEVES. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA. *Cartilha do patrimônio histórico e cultural de Ribeirão das Neves*. 69º aniversário de emancipação política. 2022. [Impresso]

ROCHA, E. C. F. Metodologia para construção de museus comunitários à luz da psicologia social comunitária. In: ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 21., Rio de Janeiro, 2021. *Anais...* São Paulo: ANCIB, 2021.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; SOARES, Núbia Moreira Gonçalves; RABELO, Marcos Vinícius Rocha. *Crescendo com Justinópolis*. São Carlos : Editora Scienza, 2022. 32p. ; il. cor ISBN : 978-65-5668-095-8

ROCHA, E. C. F. *Lembrando histórias... construindo sonhos*. 1 abr. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/A9eRgvTPe4o>. Acesso em: 10 fev. 2025. [Vídeo de divulgação de vídeos que apresentam ações de pontos de memória comunitários. Licença CC BY-NC-ND]

ROCHA, E. C. F. *Iê! Justinópolis. Salve! Curumim*. 1 mar. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/GTtBLGt-5PA>. Acesso em: 10 fev. 2025. [Vídeo 21 min. Argumento: Eliane Cristina de Freitas Rocha].

ROCHA, E. C. F.; LEI, C. C.. Mediação pela memória: ações culturais e educativas em Pontos de Memória. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, v. 14, n. 1, p. 135-154, mar./ago. 2023.

ROCHA, E. C. F.; LEI, C. C.; FREITAS, A. V. Quem conta um conto, aumenta um ponto? um estudo quantitativo dos pontos de memória no Brasil. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 28, n. 1, p. 107- 127, jan./mar. 2023.

ROCHA, E. C. F. Dos Campos de Campanhã à Justinópolis de amanhã. *Canal Pesquisa.Memoria.Popular* Vimeo. Belo Horizonte: 7 dez. 2024. Disponível em: <https://vimeo.com/manage/videos/1056530362/9874e4cc17>

ROCHA, E. C. F. O justo milagre do viver. *Canal Pesquisa.Memoria.Popular YouTube*. Belo Horizonte: 7 dez. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/bXpgxT3gtJE>. 24 min 25 seg.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015 .

SARRIERA, J. C. Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: A avaliação como processo. In: SARRIERA, Jorge C.; SAFORCADA, Henrique T. *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto alegre: Sulina, 2010.

SILVA, O. H. R. *Segregação espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais*. 99 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/1265b8a7-bee3-4716-b69b-9cff4515e4c9/content> . Acesso em 11 jul. 2024.

TOTH CRIATIVA. *Olhares Marginais - 01* - Filme Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=shrteMrabPk>. Acesso em: 08 jul. 2024.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM*, v. 24, n. 41, 2014.

Data de recebimento: 23.02.2025

Data de aceite: 25.04.2025